



CAPÍTULO 12

TEA e Inclusão Social: Reflexões e Práticas do Projeto Crieatea

DANILO SILVA NOGUEIRA
JULIANA ALENCAR ISACKSSON VIEIRA
KAIO BRENNO SANTANA DA SILVA

doi.org/10.55333/rima-978-65-83933-26-3_012





Introdução

A inclusão social de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) representa um dos maiores desafios enfrentados por políticas públicas, instituições educacionais, famílias e profissionais da saúde no Brasil. Trata-se de um processo contínuo, que exige não apenas a eliminação de barreiras físicas e atitudinais, mas também o enfrentamento do estigma social, da falta de conhecimento sobre o transtorno e das limitações no acesso a serviços especializados. O TEA, por suas características complexas e multifatoriais, demanda ações intersetoriais que envolvam diagnóstico precoce, intervenção adequada e suporte familiar, além de estratégias eficazes de sensibilização e formação da sociedade para o acolhimento da neurodiversidade.

No contexto brasileiro, em especial na Região Norte, onde desigualdades estruturais acentuam as dificuldades de acesso a serviços de saúde e educação, o desafio da inclusão social torna-se ainda mais urgente. Famílias em situação de vulnerabilidade social enfrentam obstáculos adicionais, como a escassez de profissionais capacitados, o tempo prolongado de espera por atendimento e a inexistência de políticas públicas efetivas que garantam a equidade no cuidado e na educação de crianças com TEA.

Diante desse cenário, este capítulo tem por objetivo identificar e analisar as principais barreiras que comprometem a inclusão social de crianças com TEA, considerando dimensões psicossociais, familiares, educacionais e institucionais. Discutem-se o papel da sociedade na construção de ambientes acolhedores e inclusivos, a importância da escola e da família como pilares desse processo, e a contribuição do Projeto Criatea como uma resposta concreta às lacunas de atendimento e à promoção de práticas intersetoriais comprometidas com a justiça social. A experiência do Criatea, desenvolvida na Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), demonstra que a inclusão é possível quando há intencionalidade, formação, corresponsabilidade e compromisso ético entre os atores envolvidos.

Dificuldades na Inclusão Social no TEA

Conceituação e Impactos do Estigma

De acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU), a inclusão social é um meio de oferecer aos mais necessitados e/ou excluídos oportunidades de inserção num sistema que promova acesso a bens e serviços de forma equitativa. Nesse sentido, é fundamental priorizar aqueles que mais necessitam de assistência, como as crianças neurodivergentes, que, por apresentarem um padrão de desenvolvimento neurológico diferenciado, acabam sendo estigmatizadas e marginalizadas. Essa exclusão pode prejudicar ainda mais o desenvolvimento psicossocial e contribuir para o surgimento de comorbidades, como transtornos depressivos e transtornos de ansiedade.

Características do TEA e Barreiras de Inserção

A inclusão social no contexto do TEA é um tema que exige especial atenção, levando-se em consideração características específicas que são próprias do autismo. O Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-5) estabelece, entre os critérios diagnósticos, o déficit na reciprocidade socioemocional e o déficit nos comportamentos comunicativos não verbais. Essas manifestações clínicas representam dificuldades significativas na formação e manutenção de laços sociais, o que, por sua vez, compromete as interações interpessoais, especialmente no caso das crianças com autismo em suas respectivas conjunturas socioculturais (Lopes; Telaska, 2022).

Os fatores associados à dificuldade de inserção de crianças com TEA variam conforme o contexto em que o indivíduo está inserido. No âmbito da inclusão escolar, por exemplo, esses fatores vão desde questões externas à criança, como o preconceito, a ausência de capacitação dos profissionais e a inadequação do ambiente físico, até aspectos relacionados ao próprio paciente, como interesses restritos e inflexibilidade para engajar-se em tarefas não preferidas (Lopes; Telaska, 2022). Esses elementos evidenciam a necessidade de adaptação dos espaços públicos e dos ambientes do cotidiano infantil, bem como da conscientização da sociedade, a fim de promover a inserção da criança autista no meio social. Não basta apenas o acom-

panhamento multiprofissional; é fundamental que sejam realizadas modificações no ambiente de convívio com o intuito de favorecer a inclusão plena.

Além desses fatores, destaca-se a dificuldade de acesso aos serviços públicos de saúde em contextos de vulnerabilidade social, o que representa um obstáculo adicional à inclusão. Essa realidade é ainda mais evidente em famílias que não dispõem de recursos para custear o atendimento multidisciplinar necessário, comprometendo tanto o diagnóstico quanto o prognóstico da criança e afetando diretamente sua rotina familiar e sua inserção em outras instituições sociais (Aragão, 2022). Diante desse cenário, o Projeto Criea adota como estratégia a realização de uma triagem conduzida por uma assistente social, com o objetivo de priorizar o atendimento às famílias em maior situação de vulnerabilidade. Essa medida busca minimizar as disparidades sociais existentes e garantir a equidade no acesso aos serviços, promovendo a inclusão e o acompanhamento adequado de todas as crianças atendidas.

Dificuldades e Importância do Diagnóstico

Uma das principais dificuldades enfrentadas por pessoas com TEA diz respeito à inserção nos mais diversos âmbitos da vida social, como a escola, os vínculos de amizade e o mercado de trabalho. Em parte, essa dificuldade decorre das barreiras impostas por ambientes que não estão preparados para acolher a neurodiversidade, especialmente quando há desconhecimento sobre o TEA e suas múltiplas manifestações. A falta de informação faz com que indivíduos não autistas tenham dificuldades em reconhecer e acolher essa população. Além disso, instituições como as escolas públicas frequentemente não dispõem de profissionais capacitados nem de recursos adequados para atender esse público em constante crescimento.

Nesse contexto, por vezes hostil, em que as crianças estão inseridas, desenvolvem-se fenômenos como a exclusão social e, em idades mais avançadas, a chamada camuflagem social. Esse comportamento é caracterizado pela tentativa de algumas pessoas autistas de ocultar traços do espectro, fingindo não apresentar características típicas da condição. Trata-se de um esforço constante para ajustar o próprio comportamento às expectativas sociais de pessoas neurotípi-

cas, com o objetivo de evitar julgamentos ou rejeição em interações sociais (Mandy, 2023).

Esse cenário evidencia que pessoas autistas que enfrentam barreiras à inclusão social tendem a ter menos oportunidades de participar da vida comunitária ou de formar vínculos interpessoais, quando comparadas a pessoas não autistas. A dificuldade em criar laços impacta negativamente a autoestima e o bem-estar emocional, dificultando o processo de integração social, aspecto fundamental durante a infância, etapa crucial para o desenvolvimento de habilidades que serão levadas ao longo da vida (McMaughan *et al.*, 2024).

Parte dessas barreiras está relacionada ao estigma social que ainda cerca o TEA, bem como ao desconhecimento generalizado sobre como abordar e interagir com pessoas no espectro. Soma-se a isso o fato de que muitas famílias enfrentam dificuldades em aceitar o diagnóstico de seus filhos, o que pode levar à negação, ao adiamento da busca por avaliação especializada e, conseqüentemente, à ausência de intervenções adequadas em tempo oportuno. Esse processo acaba por comprometer o desenvolvimento infantil e acentuar o deslocamento social da criança em seu meio (Oliveira *et al.*, 2024).

Por outro lado, destaca-se a falta de estrutura e de serviços especializados disponíveis para a população com TEA, especialmente em regiões como o estado do Amapá. A escassez de profissionais capacitados, a inexistência de serviços regulares e os longos períodos de espera para obtenção de diagnóstico e início de terapias são fatores que dificultam a inserção escolar e o desenvolvimento pleno dessas crianças.

O diagnóstico precoce é, então, o primeiro passo para a construção de um caminho mais inclusivo. Um cenário recorrente é o das famílias que percebem, tardiamente, sinais de atraso no neurodesenvolvimento. A intervenção em idade adequada, no entanto, é essencial para promover ganhos significativos. Um diagnóstico de qualidade, realizado em tempo oportuno, contribui para a busca por terapias específicas e para o reconhecimento da condição por parte da própria criança e da comunidade. Recursos simbólicos como o uso do cordão do autismo, por exemplo, podem facilitar sua aceitação e inserção em ambientes sociais diversos.

Dessa forma, torna-se evidente que a sociedade em geral necessita de mais informações sobre o TEA, uma condição multifa-

cetada que se expressa de maneira singular em cada indivíduo. A compreensão dessas especificidades é o alicerce para uma inclusão real e efetiva. Além disso, o diagnóstico precoce e as intervenções adequadas não apenas favorecem o desenvolvimento infantil, como também contribuem para que as famílias desenvolvam estratégias de cuidado mais eficazes e sensíveis.

O Papel da Sociedade no Enfrentamento do TEA

Nesse âmbito, compreende-se o papel fundamental da sociedade em prover acolhimento, proteção e promoção do respeito às diferentes populações que a constituem, incluindo as pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Essa responsabilidade deve se manifestar desde os primeiros anos de vida, enfrentando práticas excludentes e o estigma social, que frequentemente resultam em barreiras adicionais para esses indivíduos, agravando os desafios inerentes ao transtorno. Por isso, a mobilização dos diversos setores sociais para o desenvolvimento de políticas públicas e práticas inclusivas é indispensável para a construção de uma sociedade mais justa (Silva *et al.*, 2024).

De forma sintetizada, duas das principais dificuldades enfrentadas por pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) são:

- ♦ o estigma social que gera exclusão e preconceito em múltiplos contextos (WHO, 2022); e
- ♦ a limitação no acesso a serviços de saúde e educação especializados, especialmente em regiões periféricas (Brasil, 2014).

Esses obstáculos exigem a implementação de ações estratégicas e sustentadas que promovam o reconhecimento da neurodiversidade e assegurem os direitos dessas pessoas (Kapp, 2020).

A informação qualificada sobre o TEA é o primeiro passo. Campanhas educativas contribuem para a desmistificação do transtorno, favorecendo o reconhecimento precoce, o encaminhamento adequado e a valorização da convivência respeitosa. Como demonstrado por Lopes e Telaska (2022), embora educadores reconheçam a importância da inclusão, muitos ainda não se sentem preparados para

acolher crianças com autismo na escola. Tal lacuna revela a urgência de formações continuadas e abordagens pedagógicas adaptadas.

O espaço escolar e as instituições comunitárias são essenciais nesse processo. A adoção de práticas inclusivas que considerem as especificidades individuais, respeitem a diversidade e garantam o acesso ao aprendizado é vital. No entanto, muitas escolas não dispõem de infraestrutura adequada, profissionais capacitados e recursos pedagógicos. Essa realidade compromete não apenas o aprendizado das crianças com TEA, mas também sua inserção plena na vida social (Silvia, 2022).

Além disso, o acesso a serviços de saúde especializados continua representando um desafio, sobretudo em estados da Região Norte, como o Amapá. A escassez de profissionais qualificados e as longas filas para diagnóstico e intervenção comprometem o desenvolvimento das crianças e aumentam a sobrecarga familiar.

Diante desse cenário, buscou-se identificar ações recentes voltadas à promoção da inclusão social de pessoas com TEA no estado do Amapá. Os dados apresentados no Quadro 1 ilustram medidas concretas realizadas entre 2023 e 2025, por diferentes instituições públicas e setores da sociedade civil:

Essas iniciativas demonstram um avanço relevante na consolidação de políticas públicas voltadas ao TEA no Amapá. Ainda que recentes, revelam uma tendência positiva de articulação entre diferentes setores – como saúde, educação, pesquisa e justiça – em favor da construção de uma sociedade mais sensível à neurodiversidade. No entanto, a maior parte dessas ações está concentrada em Macapá, capital do estado, onde há mais infraestrutura institucional e visibilidade pública. É preciso que tais iniciativas sejam ampliadas e interiorizadas, alcançando todos os municípios, especialmente os mais afastados e vulneráveis, garantindo que o direito à inclusão e ao cuidado especializado não dependa da localização geográfica da criança e de sua família.

Essa constatação reforça a importância de políticas públicas territorializadas, capazes de se adaptar às realidades locais e de construir redes de apoio mais equitativas. O fortalecimento da formação de profissionais nos municípios, o investimento em equipamentos públicos inclusivos e a valorização das iniciativas comunitárias são caminhos possíveis para consolidar uma política de inclusão social verdadeiramente abrangente no estado do Amapá.

Quadro 1 Ações de inclusão social para pessoas com TEA no Amapá.

Ano	Ação	Descrição	Fonte
2025	Carreata Azul	Evento promovido pelo governo do estado, com atividades culturais e iluminação do Palácio do Setentrão.	Agência Amapá (2025a)
2025	Evento Abril Azul – TRE-AP e Corpo de Bombeiros	Rodas de conversa e lançamento do projeto TEAcolho, voltado à escuta e atendimento humanizado.	TRE-AP (2025)
2025	Chamada Pública FAPEAP	Edital no valor de R\$ 52 mil para projetos de inovação voltados ao autismo.	Agência Amapá (2025b)
2025	Sala de Observação – UPA Laranjal do Jari	Espaço sensorial adaptado para crianças neuroatípicas com acompanhamento multiprofissional.	Agência Amapá (2025c)
2025	Projeto Sorriso Azul	Consultório odontológico especializado para atendimento de pessoas com TEA e síndrome de Down.	Agência Amapá (2025c)
2025	Sala de Integração Sensorial – CREAP	Espaço equipado com terapias para estimulação sensorial de crianças com TEA.	Agência Amapá (2025c)
2025	Projeto Laços da Inclusão	Formação de mais de 1.200 profissionais da educação sobre práticas inclusivas.	Agência Amapá (2025d)
2024	Clínica-Escola Coração Azul	Unidade educacional e clínica voltada ao atendimento de crianças com TEA em Macapá.	Prefeitura de Macapá (2024)

Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

Inclusão Escolar de Crianças com TEA

O Transtorno do Espectro Autista (TEA), conforme definido pelo DSM-5, é caracterizado por dificuldades importantes na comunicação social e na interação com outras pessoas, além da presença de comportamentos repetitivos e interesses muito específicos e restritos (American Psychiatric Association, 2013). Essas características impactam diretamente o processo de inclusão escolar, pois exigem que o ambiente educacional seja ajustado e que sejam aplicadas estratégias pedagógicas específicas, que considerem as particularidades do desenvolvimento das crianças com TEA. O objetivo é garantir um aprendizado inovador, respeitando suas necessidades e potencialidades. As consequências desse diagnóstico no contexto educacional, assim como as formas de intervenção prática, são discutidas de maneira mais aprofundada nos capítulos 4 e 10 desta obra.

Incluir crianças autistas no ambiente escolar é uma tarefa que demanda conhecimentos pedagógicos e informações técnicas ad-

vindas de fontes de estudos confiáveis e atualizadas sobre as práticas mais adequadas para acolher esse público específico. Além disso, o papel dos professores, especialmente quando se trata de garantir uma educação que contemple as necessidades educacionais especiais, muitas vezes extrapola a função estritamente pedagógica, com o intuito de conseguir criar uma relação com o aluno que seja pautada no respeito, na inclusão e na promoção de um convívio harmonioso entre os colegas (Lopes; Telaska, 2022).

Para facilitar esse processo, é necessário que os profissionais da área da educação recebam preparação e capacitação adequadas, de modo que possam minimizar suas dúvidas e inseguranças. Com isso, estarão mais aptos a exercer um papel que aproxime a criança com autismo da formação e da vida escolar, por meio do ensino e da criação de laços duradouros com os pares. Além disso, sua atuação contribui significativamente para a integração da criança autista com os demais colegas no ambiente escolar, enfrentando, assim, o estigma ainda atribuído aos transtornos do neurodesenvolvimento (Lopes; Telaska, 2022).

A escola é um dos principais ambientes de socialização para qualquer criança, sendo especialmente relevante para aquelas com TEA. A inclusão escolar vai além da garantia de uma vaga em instituição regular: trata-se de construir um ambiente em que a criança possa se desenvolver de forma integral, com respeito às suas necessidades e potencialidades. Além disso, a inclusão promove a conscientização de educadores e colegas de classe, contribuindo para a formação de um espaço mais acolhedor e propício ao desenvolvimento acadêmico e social das crianças com TEA.

Ao frequentar a escola, a criança com TEA tem a oportunidade de ampliar seu contexto social, convivendo com diferentes pessoas e situações. Essa convivência favorece a melhoria das várias habilidades de interação, como reconhecer emoções, interpretar gestos e desenvolver formas variadas de comunicação. Além disso, o ambiente escolar proporciona estímulos precoces e contínuos para o desenvolvimento de habilidades cognitivas, motoras, sociais e emocionais, elementos fundamentais para o crescimento e desenvolvimento da criança (Weizenmann; Pezzi; Zanon, 2020).

Um dos pilares da inclusão escolar é o Atendimento Educacional Especializado (AEE), que oferece suporte pedagógico às crianças

com TEA, adaptando métodos de ensino e materiais didáticos para melhor atender às suas particularidades. Além disso, é fundamental que os professores e demais profissionais da escola recebam formação específica sobre o transtorno, compreendendo aspectos como comunicação alternativa, estratégias de regulação emocional e abordagens pedagógicas diferenciadas (Santos *et al.*, 2021).

A interação com colegas de sala também desempenha um papel relevante no processo de inclusão. Para isso, é necessário promover a conscientização das outras crianças, incentivando a empatia e a aceitação das diferenças. Atividades como rodas de conversa, dinâmicas de grupo e jogos cooperativos podem ajudar a construir um ambiente mais acolhedor e inclusivo (Santos *et al.*, 2021).

O processo de inclusão escolar é bastante beneficiado pela colaboração interdisciplinar, na qual diversos profissionais trabalham em conjunto para oferecer suporte integral às crianças com TEA. Psicólogos, terapeutas ocupacionais, fonoaudiólogos, médicos, enfermeiros, fisioterapeutas e nutricionistas são exemplos de especialistas que desempenham papéis essenciais nesse processo. Eles contribuem para a adaptação de estratégias e com as abordagens educacionais e sociais, garantindo que as necessidades específicas de cada criança sejam compreendidas e atendidas de forma eficaz (Maranhão *et al.*, 2019).

Essa abordagem interdisciplinar se mostra bastante importante para promover um desenvolvimento pleno e equilibrado, visto que aborda não apenas os aspectos acadêmicos, mas também as questões emocionais, comportamentais, nutricionais e motoras que podem impactar a interação social e o aprendizado da criança com TEA.

Projetos como o Crieate tornam-se ainda mais relevantes e necessários nesse contexto, uma vez que contam com a participação de uma equipe interdisciplinar que trabalha de maneira integrada para atender às diversas necessidades das crianças com TEA. Essa colaboração entre diferentes áreas permite um cuidado mais abrangente e individualizado, aprimorando os resultados do processo de inclusão e promovendo uma melhoria na qualidade de vida dessas crianças e de suas famílias.

A integração entre os profissionais e o ambiente acadêmico – proposta por iniciativas como o Crieate – é um exemplo prático de como a inclusão pode ser realizada de maneira efetiva, tornando o ambiente de ensino um espaço realmente acolhedor e inclusivo. Essa

abordagem permite que crianças com TEA não apenas aprendam, mas também desenvolvam suas habilidades sociais, emocionais e cognitivas, contribuindo para seu desenvolvimento pessoal e plena participação na sociedade.

Família e Inclusão Social no TEA

Além da escola, a família é outra instituição fundamental para ajudar e dar suporte à criança com autismo, com o intuito de garantir a aprendizagem, seu neurodesenvolvimento e sua participação no meio social. Todavia, nem sempre o relacionamento desses dois grandes sistemas ocorre de forma harmônica, em decorrência de diversos fatores, que podem incluir o desconhecimento sobre o autismo, os estigmas associados ao transtorno e até mesmo o negacionismo. Isso pode causar prejuízo tanto à rotina escolar quanto à familiar da criança, além de comprometer suas etapas de desenvolvimento. Por isso, é necessária a participação da família nas atividades desempenhadas diariamente, para que a criança se habitue à sua rotina e consiga se sentir parte de um grupo social (Cabral; Falcke; Marin, 2021).

Outro item relevante é a importância da família como estimuladora da criança com TEA, uma vez que, por dificuldades nas relações e no aprendizado, há também um prejuízo na formação de laços e na socialização. A família é o primeiro grupo social com o qual a criança entra em contato e cria laços afetivos. Por isso, é importante que ela atue estimulando o desenvolvimento de habilidades e formas de adaptação que contribuam com a sua comunicação e, consequentemente, com a integração no meio social (Cabral; Falcke; Marin, 2021).

É importante ressaltar que a atenção voltada à criança com TEA não deve ser pautada apenas por uma análise técnica dos cuidados atribuídos ao sistema de saúde. Portanto, a perspectiva e a participação da família também têm um papel importante nos resultados do acompanhamento pelos profissionais da saúde, no desenvolvimento e na formação biopsicossocial da criança com TEA (Souza, 2021). Essa observação aponta como o seio familiar ajuda a promover – por meio da compreensão, da estimulação e do acolhimento – a inclusão e a integração social de pacientes com TEA.

O TEA é uma condição que tem sido cada vez mais diagnosticada em todo o mundo. No Brasil, embora ainda não haja um levan-

tamento nacional preciso, estimativas baseadas em dados globais, como os da Organização Mundial da Saúde (OMS), sugerem que cerca de dois milhões de pessoas possam estar no espectro do autismo no país. O aumento na prevalência de diagnósticos de TEA ao longo dos anos pode estar associado a um maior conhecimento e discussão sobre o transtorno, além do aprimoramento nos critérios diagnósticos e no acesso a profissionais capacitados. Apesar disso, muitos pais, cuidadores e educadores ainda têm dificuldades para compreender e lidar com crianças com TEA, especialmente no que diz respeito à promoção da inclusão social.

É muito importante o papel da família no desenvolvimento e na socialização da criança com TEA, sendo, muitas vezes, o primeiro ponto de apoio para garantir que ela tenha acesso a ambientes inclusivos. No entanto, o diagnóstico do transtorno pode trazer desafios emocionais, sociais e financeiros para as famílias, que frequentemente enfrentam dúvidas sobre como ajudar os filhos a desenvolver habilidades de comunicação, interação social e regulação comportamental (Santos *et al.*, 2020).

A inclusão social, tanto em ambientes educacionais quanto comunitários, exige um esforço conjunto da família, da escola e da sociedade em geral. No contexto familiar, é fundamental a construção de um ambiente acolhedor e estruturado que respeite as particularidades da criança. Isso requer atenção permanente às suas necessidades específicas e estímulo constante de suas potencialidades (Santos *et al.*, 2020).

Por outro lado, muitas famílias enfrentam barreiras externas para promover a inclusão social dos filhos, como a falta de compreensão ou preparo da comunidade e instituições. Mesmo com o aumento da conscientização sobre o TEA, muitos espaços educacionais e sociais ainda não estão adaptados para atender às necessidades dessas crianças, o que pode levar ao isolamento e à exclusão. Além disso, os pais também precisam lidar com o preconceito e a falta de empatia de pessoas que não compreendem as características do transtorno (Santos *et al.*, 2020).

Para superar essas barreiras, é essencial que as famílias tenham acesso a redes de apoio, como grupos de pais, profissionais especializados e políticas públicas. Além disso, é fundamental contar com o auxílio das instituições de ensino por meio de iniciativas como o

projeto Crieate, que oferecem suporte interdisciplinar, promovem práticas inclusivas e atuam de forma ativa na divulgação de informações sobre o tema tanto para a comunidade externa quanto para os alunos em formação que participam do projeto.

Educar a sociedade sobre o TEA é um passo fundamental para promover uma inclusão em sentido amplo. Campanhas de conscientização, capacitação de profissionais e o fortalecimento das políticas públicas voltadas para o transtorno são ações que beneficiam diretamente as famílias e ajudam a criar uma sociedade mais acolhedora e inclusiva.

O Projeto Crieate como Ator Social para Inclusão de Crianças com Autismo

Nesse contexto, o Crieate constitui-se como um ator social de extrema relevância no cenário do TEA no estado do Amapá. Como abordado anteriormente em seu histórico, o projeto surgiu no âmbito da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), com o objetivo principal de consolidar um centro para diagnóstico do TEA, facilitando a identificação precoce e contribuindo para enfrentar a crescente demanda por esse tipo de serviço no estado nos últimos anos.

Um ponto central do projeto é sua sensibilização quanto às dificuldades enfrentadas pelas parcelas mais vulneráveis da população no acesso ao diagnóstico e aos serviços de saúde. O diagnóstico precoce é o primeiro passo para o entendimento das necessidades e para a efetiva inclusão social das crianças com autismo. Por isso, foi estabelecido, desde o início, o princípio de garantir prioridade de atendimento às famílias de baixa renda, que enfrentam maiores barreiras nesse acesso.

Na fase inicial do projeto, a assistente social da equipe realizou a triagem dos cem primeiros pacientes, utilizando questionários para investigar e identificar as famílias em situação de maior vulnerabilidade social. Diante das dificuldades estruturais no acesso à saúde, o diagnóstico oportuno representa um diferencial significativo no desenvolvimento dessas crianças.

Além do diagnóstico, o Crieate exerce um papel fundamental como mediador social. Por meio de sua equipe multiprofissional, o

projeto promove a conscientização das famílias quanto às medidas necessárias para o desenvolvimento e a educação adequada das crianças com TEA. Ao compreenderem melhor a condição de seus filhos, os familiares se tornam aliados no processo de inclusão social, contribuindo de forma efetiva para o bem-estar e o desenvolvimento das crianças.

Enquanto ente provedor de ações voltadas à saúde e à educação, o Criateia impacta não apenas as famílias atendidas, mas também os acadêmicos envolvidos, que atuam como monitores. Assim, o projeto amplia sua atuação na promoção da inclusão social e educacional das crianças com autismo, por meio de um acolhimento multiprofissional que avalia e trabalha diversos aspectos do neurodesenvolvimento infantil.

Destaca-se nesse processo a aplicação da psicoeducação, uma abordagem terapêutica que articula aspectos psicológicos e educacionais. No contexto do TEA, essa abordagem visa levar às famílias uma compreensão mais clara sobre o transtorno, suas características e implicações. Prioritariamente utilizada durante os atendimentos, a psicoeducação capacita pais e responsáveis a participarem ativamente da vida da criança, compreendendo sua realidade de forma ampla e acolhedora.

Nesse mesmo escopo, ressalta-se a importância socioeducacional da psicopedagogia dentro do projeto. Essa área dedica-se à estimulação, avaliação e acompanhamento da aprendizagem, especialmente no contexto escolar, aspecto essencial não apenas para avaliar o neurodesenvolvimento, mas também para garantir a inclusão escolar em termos de aprendizagem e sociabilidade. Após as intervenções necessárias, as crianças com TEA tendem a desempenhar suas atividades escolares e diárias com mais autonomia, desenvolvendo novas habilidades e refinando aquelas já existentes.

Essa melhor compreensão sobre o autismo gera impactos tanto no núcleo familiar quanto em uma esfera mais ampla, com a formação de redes sólidas de compartilhamento de informação sobre o transtorno. Essas redes se formam, principalmente, em dois momentos: entre as famílias atendidas, que partilham as orientações da equipe multiprofissional com outras famílias em situação semelhante; e entre os acadêmicos-monitores da universidade, que, ao se-

rem capacitados pelo projeto, tornam-se multiplicadores de informação em seus círculos sociais e acadêmicos.

Em suma, evidencia-se o compromisso do Critea em promover a inclusão social de crianças com TEA, sobretudo aquelas provenientes de camadas sociais menos favorecidas. A oferta do diagnóstico precoce como passo inicial, aliada ao acesso a informações e estratégias por meio de um atendimento multiprofissional, contribui significativamente para o desenvolvimento cognitivo e social dessas crianças. O projeto também impacta a maneira como a sociedade percebe, valoriza e inclui as pessoas com autismo.

Considerações Finais

A inclusão social de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) se revela como um processo complexo e contínuo, que demanda a integração e o comprometimento de diversos setores da sociedade, incluindo família, escola, serviços de saúde e comunidade. Ao longo deste capítulo, foram expostas as dificuldades e barreiras enfrentadas – desde o estigma e a marginalização até as limitações estruturais e a falta de capacitação dos profissionais –, evidenciando a necessidade de políticas públicas e práticas inovadoras para superar tais desafios.

O Projeto Critea, ao implementar estratégias de triagem, diagnóstico precoce e uma abordagem multiprofissional com forte ênfase na psicoeducação, demonstra que é possível promover a inclusão de forma mais efetiva e humanizada. Essa iniciativa não apenas prioriza as famílias em situação de vulnerabilidade, mas também atua na construção de redes colaborativas que fortalecem o suporte social e educacional às crianças com TEA. Assim, o projeto configura-se como um modelo de intervenção que pode ser replicado em outras regiões, contribuindo para a mudança dos paradigmas inclusivos.

Contudo, embora os avanços sejam evidentes, ainda persistem desafios que exigem atenção contínua. Um dos pontos fundamentais é a necessidade de ampliar a capacitação dos profissionais, garantindo que um número cada vez maior de agentes da saúde, educação e assistência social em todo o estado do Amapá esteja preparado para lidar com as especificidades do TEA. Investir em infraestrutura adequada nas instituições de ensino e promover uma mudança cultural

que valorize a diversidade também são medidas essenciais para que a inclusão se concretize de maneira plena e sustentável. Além disso, a articulação entre os diferentes atores sociais deve ser continuamente fortalecida, incentivando o diálogo e a troca de experiências que, em conjunto, podem gerar soluções inovadoras para desafios persistentes.

Por fim, a promoção de uma sociedade verdadeiramente inclusiva passa pelo reconhecimento das singularidades de cada indivíduo e pela criação de ambientes que acolham as diferenças como fonte de riqueza e aprendizado. As ações desenvolvidas pelo Projeto CRIATEA evidenciam o potencial inovador de iniciativas voltadas ao diagnóstico precoce, ao acompanhamento especializado e ao apoio às famílias. Embora ainda em perspectiva de ampliação de suas articulações com outras políticas públicas, o projeto aponta para a importância de se avançar na construção de práticas intersetoriais, que possam gerar impactos positivos não apenas para as crianças com TEA, mas também para suas famílias e para a comunidade em geral. Nesse sentido, investir em práticas inclusivas torna-se um caminho indispensável para a construção de uma sociedade mais justa, equânime e comprometida com o bem-estar de todos os seus membros.

Referências

AGÊNCIA AMAPÁ. *Abril Azul: Governo do Amapá fortalece serviços de saúde para pessoas com Transtorno do Espectro Autista*. Agência de Notícias do Amapá, Macapá, 2 abr. 2025c. Disponível em: <https://agenciaamapa.com.br/noticia/29775/abril-azul-governo-do-amapa-fortalece-servicos-de-saude-para-pessoas-com-transtorno-do-espectro-autista>. Acesso em: 23 jun. 2025.

AGÊNCIA AMAPÁ. *Governo do Amapá capacita profissionais da educação para fortalecer a inclusão escolar*. Agência de Notícias do Amapá, Macapá, 12 mar. 2025d. Disponível em: <https://agenciaamapa.com.br/noticia/29483/governo-do-amapa-capacita-profissionais-da-educacao-para-fortalecer-a-inclusao-escolar>. Acesso em: 23 jun. 2025.

AGÊNCIA AMAPÁ. *Governo do Amapá lança chamada pública para desenvolver projeto de inovação sobre autismo*. Agência de Notícias do Amapá, Macapá, 28 abr. 2025b. Disponível em: <https://agenciaamapa.com.br/noticia/30154/governo-do-amapa-lanca-chamada-publica-para-desenvolver-projeto-de-inovacao-sobre-autismo>. Acesso em: 23 jun. 2025.

AGÊNCIA AMAPÁ. *Governo do Amapá promove 'Carreata Azul' para conscientizar sobre inclusão e respeito aos autistas*. Agência de Notícias do Amapá, Macapá, 1 abr. 2025a. Disponível em: <https://agenciaamapa.com.br/pauta/19270/>

governo-do-amapa-promove-carreata-azul-para-conscientizar-sobre-inclusao-e-respeito-aos-autistas. Acesso em: 23 jun. 2025.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION (APA). *DSM-V* - Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais. 2013.

ARAGÃO, G. F. (Org.). *Transtorno do espectro autista: concepção atual e multidisciplinar na saúde* [livro eletrônico]. Campina Grande: Editora Amplla, 2022. 114 p.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. *Diretrizes de atenção à reabilitação da pessoa com transtornos do espectro do autismo (TEA)*. Brasília: Ministério da Saúde, 2014. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/diretrizes_atencao_reabilitacao_pessoa_autismo.pdf. Acesso em: 23 jun. 2025.

CABRAL, C. S.; FALCKE, D.; MARIN, A. H. Relação família-escola-criança com transtorno do espectro autista: percepção de pais e professoras. *Revista Brasileira de Educação Especial*, v. 27, 23 jul. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-54702021v27e0156>. Acesso em: 24 fev. 2025.

KAPP, S. K. (Org.). *Autistic community and the neurodiversity movement: stories from the frontline*. Singapore: Springer, 2020. Disponível em: <https://link.springer.com/book/10.1007/978-981-13-8437-0>. Acesso em: 23 jun. 2025.

LOPES, D. A.; TELASKA, T. dos S. Inclusão de crianças com transtorno do espectro autista: Revisão sistemática da literatura. *Revista Psicopedagogia*, São Paulo, v. 39, n. 120, p. 425-434, dez. 2022. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-84862022000300012&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 26 jan. 2025.

MANDY, W. Social camouflaging in autism: Is it time to lose the mask? *Autism*, v. 23, n. 8, p. 1879-1881, 2019.

MARANHÃO, S.; LISBOA, L.; REIS, C.; FREITAS JÚNIOR, R. Educação e trabalho interprofissional na atenção ao transtorno do espectro do autismo: uma necessidade para a integralidade do cuidado no SUS. *Revista Contexto & Saúde*, v. 19, n. 37, p. 59-68, 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.21527/2176-7114.2019.37.59-68>. Acesso em: 24 jan. 2025.

MCMAUGHAN, D. J.; LEWIS, C.; MCGEEHE, A.; NOREEN, D.; PARKER, E.; CRISS, M. M. Meaningful social inclusion and mental well-being among autistic adolescents and emerging adults: Protocol for a community-based mixed methods study. *JMIR Research Protocols*, v. 13, e52658, 14 mar. 2024.

OLIVEIRA, L. N. R. de O.; BELO DA SILVA, V. F.; SANTOS, L. S.; FONTOURA, V. M.; ANDRADE, L. da S.; SANTANA, T. de; SOARES, A. C. P.; DA SILVA, V. E. F.; AMORIM, T. R. C.; VIEGAS, C. L. F. de S.; TEODOSIO, M. J.; LOPES, M. C.; DOS SANTOS, J. C. A. Desafios da aceitação familiar e impactos do diagnóstico precoce no desenvolvimento educacional de crianças autistas: Uma abordagem interdisciplinar. *Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences*, v. 6, n. 7, p. 1686-1699, 18 jul. 2024.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). *Autismo*. Disponível em: <https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/autism-spectrum-disorders>. Acesso em: 24 jan. 2025.

PREFEITURA DE MACAPÁ. 2ª *Clínica-escola para atendimento a crianças autistas será construída na Zona Norte de Macapá*, Macapá, 2 abr. 2024. Disponível em: <https://macapa.ap.gov.br/2a-clinica-escola-para-atendimento-a-criancas-autistas-sera-construida-na-zona-norte-de-macapa/>. Acesso em: 23 jun. 2025.

SANTOS, A. A. D.; RIOS, A. G.; ALMEIDA, F. C. R. de; ARANTES, F. M. de A.; RODRIGUES, F. F.; ARANTES, L. P. G.; ARANTES, L. E. A.; OLIVEIRA, M. G. de; SANTANA, D. O olhar da família e da escola para a criança com transtorno do espectro autista-TEA. *Revista Liberum Accessum*, v. 2, n. 2, p. 1-15, 2020. Disponível em: <http://revista.liberumaccesum.com.br/index.php/RLA/article/view/31>. Acesso em: 24 fev. 2025.

SANTOS, D. L. dos; CORREIA, G. S. Pi.; PEREIRA, M. E. B.; FREITAS, M. F. A. de; COUTINHO, D. J. G. A importância do atendimento educacional especializado no desenvolvimento pedagógico de crianças com transtorno do espectro do autismo – TEA. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, [S. l.], v. 7, n. 10, p. 1562–1578, 2021. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/2681>. Acesso em: 24 fev. 2025.

SILVA, C. F. dos S.; SANTOS, L. S. R. dos; ROCHA, F. C. da; REIS NETO, R. A. dos; OLIVEIRA, L. C. F. de; SILVA, S. F. da; OLIVEIRA, D. M. P. de; VALVASSORI, Q. S. Inclusão social e o Transtorno do Espectro Autista: superando estigmas e barreiras. *Cuadernos de Educación y Desarrollo*, [S. l.], v. 16, n. 6, p. e4396, 2024. Disponível em: <https://ojs.cuadernoseducacion.com/ojs/index.php/ced/article/view/4396>. Acesso em: 24 fev. 2025.

SOUZA, L. P. de (Org.). *Autismo: pesquisas e relatos*. Campo Grande: Editora Inovar, 2021. 338 p.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ. *Abril Azul: TRE-AP e Corpo de Bombeiros do Amapá promovem evento de conscientização sobre o Transtorno do Espectro Autista*. Macapá: TRE-AP, 25 abr. 2025. Disponível em: <https://www.tre-ap.jus.br/comunicacao/noticias/2025/Abril/abril-azul-tre-ap-e-corpo-de-bombeiros-do-amapa-promovem-evento-voltado-ao-transtorno-do-espectro-autista>. Acesso em: 23 jun. 2025.

WEIZENMANN, L. S.; PEZZI, F. A. S.; ZANON, R. B. Inclusão escolar e autismo: sentimentos e práticas docentes. *Psicologia Escolar e Educacional*, 2020, v. 24.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. *Autism spectrum disorders*. Geneva: WHO, 2022. Disponível em: <https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/autism-spectrum-disorders>. Acesso em: 23 jun. 2025.